

Criar bad banks aliviaria banca e incentivaria crédito às empresas



11.05.2020

João Duque defende solução que, para Rui Constantino e Nuno Thomaz, iria causar problemas, em debate com António Saraiva.

Quarta-feira, no Estado da Nação, um programa do Dinheiro Vivo e TSF em parceria com o Santander (próxima emissão: quarta-feira, 13 de maio), João Duque voltou aos *bad banks* como solução para, no futuro, libertar dos balanços dos bancos os créditos tóxicos criados pelo incumprimento de empresas financiadas pelo Estado devido à crise provocada pela Covid-19. E assim dar maiores garantias à banca para alargar empréstimos às empresas. Nuno Fernandes Thomaz apoia, Rui Constantino desconfia do andamento pesado do processo na União Europeia.

O economista e professor do ISEG João Duque defende a criação de um sistema de *bad bank* para aliviar o peso financeiro dos eventuais incumprimentos das empresas no pagamento dos créditos à banca, com garantias do Estado a 80%. Um dos argumentos é dar segurança aos bancos para libertarem mais créditos. E sugere mesmo a criação de um instituto, ou equiparável, para gerir este *dossier*.

“No caso dos empréstimos da banca, em que parte deles são muito garantidos pelo Estado, há ainda a parte que não é garantida pelo Estado. Também conheço o sistema, que leva



sempre a que os bancos tenham alguma dificuldade em abrir as portas depois do percurso [de recuperação dos balanços] que fizeram, e escancararem as portas e abrirem-se à população e dizerem assim: ‘Venham buscar o dinheiro à vontade’. Não pode ser”, analisou João Duque.

Criar instituto para gerir créditos

“E mesmo por muito à vontade que se tenha, há limites para se poder fazer isto. De qualquer das formas, acho que poderia criar-se um instituto, entre aspas, alguma forma de garantir que os empréstimos que não sejam reembolsados, que venham a criar problemas nos balanços dos bancos fossem rapidamente retirados. Estes, não são os outros. Para que estes que são o resultado de empréstimos para esta crise fossem rapidamente retirados do balanço dos bancos e fossem tratados de uma forma diferenciada”, propõe.

E explica: “Porque isso levaria seguramente a uma descontração maior por parte dos bancos na gestão destes processos e na aprovação dos créditos. Se houvesse garantia à partida que os créditos que ficassem comprometidos por incumprimento dos devedores em resultado desta crise, e que teriam de ser identificados como estes créditos que estão a ser concedidos, pudessem ser retirados dos balanços dos bancos, isto, eu estou convencido que aliviava”.

Rui Constantino, economista-chefe do Santander Portugal, tem algumas reservas devido à morosidade atrelada à criação deste instrumento. “Diria que o tema do risco obviamente é importante, mas as empresas estão a fazer os pedidos junto dos bancos com que normalmente trabalham e, portanto, nesse sentido o conhecimento existe”, começou por analisar.

A lentidão da União Europeia

“É um tema complexo porque exigiria que para que retirar essa parte [créditos em incumprimento dos balanços] – e foi uma discussão que tivemos na fase da *troika* – houvesse a criação do *bad bank* e que tipo de implicações é que isso tem. Ou seja, *bad bank* é uma entidade que vai receber créditos que estão em incumprimento. Neste caso, estamos a falar de empresas que conhecem relativamente bem, dos quais 80% do risco tem uma garantia pública, e o banco assume no máximo 20% do risco. Quando em condições normais e com as mesmas empresas o banco está a assumir 100% do risco. Para fazer isto era preciso entrar em negociações com a União Europeia das quais nunca mais se sairia”, desconfia o economista do Santander.

“A ideia do João é uma ideia boa, já foi falado no passado e tem muito a ver com o *bad bank*. A questão é a seguinte: os banqueiros têm de ser prudentes e cuidadosos. Porquê? Porque mais cedo ou mais tarde, e está *in the back of their minds*, como se costuma dizer, mal isto comece a voltar a uma certa normalidade, o regulador vai voltar a uma certa ortodoxia”, avaliou Nuno Fernandes Thomaz, presidente da Centromarca.



“Vamos assistir outra vez a medidas pró-cíclicas do BCE e dos bancos centrais. Vão começar a exigir um tratamento aos tais créditos, chamados ativos não produtivos. O que está na cabeça dos banqueiros e das equipas que gerem os bancos? Isto agora é tudo muito bonito (vou tentar simplificar), há uma vontade e grande e até política de suavizar e de amenizar aqui, vamos ser menos preocupados com os rácios de capital. Mas depois sabemos que daqui a um ano, ano e meio, os créditos estão nos balanços dos bancos, começamos a assistir a medidas pró-cíclicas dos reguladores e os bancos vão voltar a estar debaixo de um enorme *stress*”, desconstrói o empresário.

“Há uma coisa certa: todas as reclamações que possamos fazer, e eu faço, em relação a este processo moroso [de financiamento das empresas pelo Estado] não passam nunca por facilitar o processo de crédito dos bancos, atenção. Porque esse é um tema em que nós não podemos facilitar. Se não vamos voltar a viver uma nova crise financeira”, venceu Nuno Fernandes Thomaz.

Crise financeira em cima crise económica

“E em cima de uma crise económica ter uma crise financeira seria o pior”, dispara. “Vamos fazer com que se possa ultrapassar esta crise económica, como há pouco o João explicou e bem, isto foi um *freeze*, estava-se a bombar e de um momento para o outro passou-se daí para receitas zero. Muitas empresas, um grande número de empresas. E isto tem um impacto enorme”, contextualizou.

“Vamos acabar a ver muitas empresas a morrerem, já estamos a ver. Esperemos que todas as empresas que morram sejam aquilo que chamamos na gíria de *zombies* e não as empresas economicamente viáveis. Esse sim, é um grande receio que eu tenho. De empresas com *expertise* que fechem”, concluiu o ex-vice-presidente da Caixa Geral de Depósitos.